



Ricardo de Castro

"Somos como um grande peixe que foi arrancado da água e está se agitando desesperadamente para voltar a ela. Em tal condição, o peixe nunca pergunta para onde o próximo movimento irá levá-lo. Apenas que sua atual posição é intolerável e que algo precisa ser feito". (Ditado chinês anônimo)

## 2

### O PODER E SUAS MÚLTIPLAS FACES

A questão do poder é uma temática recorrente em vários autores e em várias áreas. A partir dos teóricos Galbraith e Foucault, estabeleço uma investigação da anatomia e da fisiologia do poder para criar um corpo teórico que situe o leitor dentro da perspectiva histórica dentro da temática proposta como linha condutora de minha reflexão sobre a Intranet.

#### 2.1

##### Galbraith e sua anatomia do poder

Galbraith (1984) identifica que o poder não somente existe em si, mas também que este tem suas fontes e impactos nas mais diversas formas.

Weber (1954, In Galbraith,1984), sociólogo e cientista político alemão, define poder como sendo "a possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas" (p.323). Para Galbraith (1984), este tipo de conceituação está muito próximo da compreensão usual do que significaria poder, pois remete à idéia de que "quanto maior a capacidade de impor tal vontade e atingir o correspondente objetivo, maior o poder" (p.3). Para ele, todavia, a questão do poder é mais complexa, pois a possibilidade de impor um poder está diretamente relacionada à existência de uma fonte que o legitime.

Segundo Galbraith (1984), o poder existe nas mais diversas relações sociais como na política, nas grandes empresas, nos sindicatos, nos veículos de comunicação e nas relações diplomáticas, mas é fundamental não apenas o entendimento de como se dá a existência e o exercício do poder, mas, e principalmente, a percepção de que o poder faz parte de uma dinâmica, uma dinâmica no sentido de relacionar-se às forças que o produzem.

Conseqüentemente, o poder estaria relacionado com o período, com o local e com as pessoas envolvidas e assim "muito do que se acreditava sobre o exercício do poder, decorrente do que era verdadeiro no passado, é obsoleto ou obsoleto no presente" (Galbraith, 1984, p.3/4). Logo, os paradigmas que deram conta da explicação do poder no passado talvez não dêem conta das respostas do significado do poder existente nos dias de hoje, exigindo que novos modelos sejam desenvolvidos.

Para compreender a questão do poder nas suas mais diversas formas, poder este que interfere em todas as relações sociais existentes, Galbraith (1984) constrói o que denominou de *Anatomia do Poder*. Trata-se de uma descrição objetiva dos diversos tipos de poder e a relação deles com as fontes que lhes dão sustentação.

Estudando a visibilidade do poder, este autor define, objetivamente, três tipos de poder encontrados em nossa sociedade: o poder condigno, o poder compensatório e o poder condicionado, tanto como define as fontes desses tipos de poder.

### **2.1.1 Os tipos de poder**

Antes de dar continuidade aos tipos de poder identificados por Galbraith, levantarei algumas conceituações sobre o poder e violência, necessárias ao entendimento desta questão. Muitas são as teorias que lidam com essa problemática diferenciação, nem sempre possível de ser efetuada com clareza nas diversas áreas de saber.

Mesmo que minha dissertação não tenha como objetivo a compreensão do papel da violência, ou mesmo como ela vem afetando o ser humano, ao falarmos de poder é fundamental distinguirmos o significado de poder e de violência, pois, em algum momento, poder e violência parecem se misturar, mas estão estruturalmente separados. E por quê?

Conforme aborda Norberto Bobbio (1986), violência é “a alteração danosa do estado físico de indivíduos ou grupos” (p.1292). Assim, a violência está mais para a forma de se alcançar determinada meta do que, efetivamente, um objetivo em si. Já o poder, para Bobbio (1986), tem como objetivo a sujeição do outro a partir da conquista da vontade deste outro, modificando o pensar e o agir daquele que possui vontade própria.

Segundo Arendt (1994), a violência se dá quando do ato desejado de uma agressividade que tem como objetivo a destruição. O sujeito passa a ser violentado a tal ponto que perde até o acesso a sua condição de sujeito. Assim sendo, violência não significa poder, ela destrói qualquer tipo de poder, considerando que o poder demanda uma relação, ao menos, entre duas partes.

A partir desses significados podemos perceber que a violência jamais pode ser confundida com poder. Trata-se do instrumental que, por vezes pode ser utilizado para a conquista de um objetivo. Entretanto, através do conceito de poder bobbiniano, podemos deduzir a impossibilidade, até, da violência enquanto forma de alcance de poder, na medida em que Bobbio (1986) diz que a sujeição deriva da conquista da vontade do outro. Assim, a violência pode servir para curvar os outros à nossa vontade, entretanto, dificilmente dará conta de conquistar a vontade do outro. Ela conquista o agir, mas não o pensar.

Através dessas conceituações, poderemos perceber que Galbraith (1984) trabalha sua Anatomia do Poder numa perspectiva de análise na concepção weberiana da imposição da vontade de uns sobre o comportamento dos outros. Conceito bastante diferente daquele que Bobbio descreve, em que o poder está diretamente relacionado à conquista da vontade do outro. À conquista do pensar do outro. Após essas observações iniciais, passa a ser mais fácil a compreensão da teoria galbraithiana sobre poder, inclusive no estranhamento que ela possa suscitar quando lida pela primeira vez pelo leitor.

Galbraith (1984) descreve a existência de um tipo de poder muito ligado à utilização da força: o poder condigno<sup>1</sup>. Este é aquele em que alguém "obtem submissão pela capacidade de impor às preferências do indivíduo ou do grupo uma alternativa suficientemente desagradável ou dolorosa para levá-lo a abandonar essas suas preferências" (p.4). Este tipo de poder tem como características principais a visibilidade e a recompensa negativa. A noção de visibilidade advém do fato de esta se tratar de uma relação consciente e visível entre aqueles que aceitam a vontade de outros por um tipo de recompensa denominada como negativa. O sujeito sabe que está sendo atingido. A recompensa é vista como negativa, pois alguém exerce um poder doloroso - quer físico, quer emocional, ou ambos - fazendo com que outro renuncie à sua vontade com a finalidade de evitar sofrimento.

---

<sup>1</sup> O autor assim explica suas motivações para a escolha deste termo: "Tomei a liberdade na seleção e no uso deste termo. No uso léxico estrito, condigno tem uma relação adjetiva com punição. De modo geral uma punição condigna é uma punição apropriada, adequada. Se fossemos escrupulosamente pedantes, usaríamos aqui e no resto do livro a expressão punição condigna. Omito a palavra punição com a idéia, primeira enunciada por Lewis Carrol, de que uma palavra pode ter o sentido que se quer que ela tenha - "nem mais nem menos"..." ( Galbraith,1984, p.5)

Galbraith (1984) afirma que a punição física tem uma relação antiga e bem estabelecida com o poder condigno, havendo, por vezes, um estreitamento entre a punição física e a tortura imaginativa, representada sob a forma de uma ameaça, por exemplo. Assim, não existe a obrigatoriedade de o poder condigno ser estabelecido através da força física, pois este pode ser também representado por ameaças de quaisquer ações adversas, tais como multas, repreensões, a possibilidade de perder o emprego e não poder pagar suas contas, de não poder contar com os privilégios conquistados, dentre outras variáveis que possam significar “punição” para o indivíduo envolvido.

O poder compensatório - é assim que Galbraith (1984) denomina o segundo tipo de poder - é um poder que também possui a característica de visibilidade, mas que oferece ao sujeito "uma recompensa ou um pagamento suficientemente vantajoso ou agradável para que renuncie à sua própria preferência" (p.16). Portanto, trata-se de um poder capaz de uma recompensa positiva, retratada pela promessa de retorno financeiro, de um agradecimento através de um sorriso, ou mesmo pela possibilidade de manutenção ou melhoria de cargo ou de benefícios.

Interessante aqui ser ressaltado que, em ambos os casos, o poder é exercido de modo visível para as duas partes: a que exerce e a que é atingida, sendo a diferença principal entre esses dois poderes, o fato de que, enquanto no poder condigno a submissão ocorre através de ameaças de repreensão, ou pelo próprio uso direto da força, no poder compensatório a recompensa parece ser interessante ao indivíduo. Assim, Galbraith (1984) aborda o assunto:

O poder condigno esmaga o indivíduo com algo suficientemente doloroso, física e emocionalmente, para fazê-lo renunciar à sua própria vontade ou preferência a fim de evitar o sofrimento. O poder compensatório oferece ao indivíduo uma recompensa ou um pagamento suficientemente vantajoso ou agradável para que renuncie à sua própria preferência e, em troca, busque a recompensa (p.16)

Porém, o autor assinala que em ambos poderes - no condigno e no compensatório - há uma graduação que se dá conforme a urgência e a dificuldade de submissão pretendida. O autor identifica que a ameaça de punição para pequenos furtos, infrações de trânsito ou “violações do sossego público”, por exemplo, terão sempre níveis menores de atenção por parte da comunidade do que nos casos de assassinato, de estupro ou de agressão física. Assim, a intensidade da

punição será relativa ao grau de importância da questão e, principalmente, ao nível de dificuldade de submeter o outro aos valores de quem quer conquistar.

Da mesma forma, o poder compensatório possui uma graduação: a remuneração salarial e os benefícios incorporados serão maiores na medida em que o desempenho do indivíduo corresponda às expectativas do empregador. O nível salarial será maior para o desempenho do bom trabalhador e menor para aquele de desempenho inferior. Assim relata Galbraith (1984): “Eu o pago bem e espero que dê o máximo de si no trabalho” (p:17).

Este autor assinala, contudo, que as pessoas não se dedicam ao trabalho apenas pela recompensa direta e sim por uma submissão proveniente da convicção de que aquilo seria mais vantajoso para elas. Sendo assim, há, obrigatoriamente, um diálogo entre o que o indivíduo deseja e o que está sendo prometido como recompensa pra ele. Mesmo que esse desejo seja baseado numa crença advinda de um prévio condicionamento.

Aqueles que aceitam a vontade dos outros estão conscientes de fazê-lo; agem em consequência de um cálculo razoavelmente deliberado de que esse é o melhor procedimento. Ou melhor, por causa da oferta de algum específico toma-lá-dá-cá para sua submissão. E aqueles que exercem o poder também o fazem intencionalmente (Galbraith, 1984,p.15).

Voltando ao pensamento de Galbraith (1984), remetendo seus leitores ao período escravocrata, ele identifica que a submissão pela força não mudou muito nas sociedades mais pobres na contemporaneidade. No sul dos Estados Unidos, onde a pobreza aparece mais intensa, há ainda, nas pessoas, o medo de ter fome ou se privar de necessidades. Assim, a comida e a subsistência passam a ter uma conotação de remuneração, aproximando, dessa forma, os dois poderes - o condigno e o compensatório - na medida em que não há alternativa para os “homens livres” pobres que não a sujeição. A recompensa, nestes casos, assumia um *status* de coerção tal como a utilização da força bruta, a violência ou a crueldade. A solução para a relação de embricamento entre estes poderes foi a criação do salário desemprego.

O salário-desemprego implicou uma notável libertação das dolorosas alternativas que nivelaram a coerção compensatória e a condigna. Assim, o trabalho passou a ser realizado cada vez mais em troca de retribuição pecuniária e cada vez menos em razão de temores associados à perda de emprego (Galbraith 1984, p.19)

No desenvolvimento de projetos como o do salário-desemprego, o da previdência social e os dos demais projetos de seguridade social ocorre uma ruptura entre a sujeição punitiva e a sujeição compensatória. Assim, o poder compensatório vai se dar na sua plenitude na medida em que exista um maior equilíbrio entre as relações trabalhador-empresa, quando o objeto de estudo for as relações de trabalho. Entretanto, o autor verifica que existe uma relação direta entre submissão e comportamento de acordo com os valores pré-definidos da empresa. Esta postura é assim retratada:

Os adultos trabalham em parte porque é o que se deve fazer. A vida não deve ser desperdiçada, nem o tempo ser gasto em ociosidade. No sagrado recôndito dos gabinetes dos executivos, espera-se que os homens (e as raras mulheres) dediquem a totalidade de suas energias aos negócios da empresa; a menos que se refira ao aumento salarial ou à redução dos impostos, seria insuportável que qualquer um deles insinuasse que seus esforços são regulados pelo dinheiro que recebem, isto é, que os dirigentes de uma empresa não dão o máximo de si por razões salariais (Galbraith, 1984, p.23-24).

Dessa forma, surge um poder que faz com que os indivíduos passem a acreditar nas crenças e valores da empresa como sendo as suas. Esse poder é definido como aquele que “é exercido mediante a mudança de uma convicção, de uma crença. A persuasão, a educação ou o compromisso social com o que parece natural, apropriado ou correto leva o indivíduo a se submeter à vontade alheia”. (Galbraith, 1984, p.6). Esse poder, que condiciona as pessoas, diferentemente dos demais tipos de poder, atua de forma quase despercebida, chegando, em alguns momentos, a tornar-se invisível. O poder condicionado não precisa de força nem de uma compensação percebida, pois vai tomando conta, moldando e convencendo as pessoas, através de instrumentos de mudança de crença como a educação e a comunicação publicitária. Assim, este é um poder que acaba submetendo as pessoas às suas vontades, transformando-as em agentes propagadores de seus valores.

Galbraith (1984) elege-o como aquele que apresenta características subjetivas, dado a sua invisibilidade, diferentemente dos anteriores, que eram visivelmente mais percebidos. Essa eleição fica evidenciada quando o autor enfatiza a diferença entre os três poderes:

Enquanto o poder condigno e o compensatório são visíveis e objetivos, o poder condicionado, em contraste, é subjetivo; nem os que o exercem, nem os que se sujeitam a ele estão necessariamente sempre cientes de que ele está sendo exercido. A aceitação da autoridade, a submissão à vontade alheia, torna-se a preferência mais alta daqueles que se submetem (p.25).

Com essa diferenciação, podemos concluir que o poder condicionado é aquele em que a submissão à vontade alheia se dará, também, de acordo com a forma como o sujeito o percebe, como ele tangibiliza sua presença.

Esse processo de subordinação ao poder condicionado poderia iniciar-se a partir da instrução explícita, porém acabando esta, implicitamente, sendo aceita pela sociedade. Um exemplo desse processo seria o papel da mulher brasileira que, durante séculos, explicitamente, foi condicionada à arrumação da casa e a cuidar dos filhos, pelo fato de não trabalhar fora. Aos poucos, a mulher passou a ver essas tarefas como a ordem natural das coisas, aceitando aquilo que “a comunidade e a cultura têm considerado há tempos como correto e virtuoso”. (p.27)

O que o autor insiste em apontar é a existência de um ou de diversos interesses por detrás desse condicionamento. Neste caso em específico, esta submissão condicionada das mulheres procedia de uma crença de que a vontade dos homens seria sempre preferível à própria vontade delas e, conseqüentemente, os homens passariam a dominar pelo fato de seu sexo, de suas qualidades físicas e mentais parecerem melhores. É o que a opinião pública chamaria de “sociedade machista”. Assim, “o poder condicionado é o produto de um *continuum* que parte de persuasão objetiva, visível, até o ponto que aquilo que o indivíduo no contexto social fora levado a acreditar seja intrinsecamente correto” (Galbraith, 1984, p.30).

A amplitude desse condicionamento chega a tal grau que atinge todos os tipos de instituição. No exército, por exemplo, os soldados são pagos por serviços que podem levar a conseqüências fatais, mas têm compromissos com causas maiores pelas quais lutam: o país e a lealdade a seu povo. “Essa disposição para aceitar a morte e a mutilação exige o moral elevado que provém da crença”. (Galbraith,1984,p.28)

Na ótica galbraithiana, o poder condicionado é a base de sustentação econômica do mundo moderno e, num universo micro, também o da empresa. É esse poder que faz com que um empregado se dedique à empresa, não apenas

pelos proventos em forma de salário ou de outros benefícios, mas por acreditar nos valores e objetivos da mesma. O empregado passa a crer que os valores da organização<sup>2</sup> são bons, são os corretos e que possam estar acima de seus valores individuais. Todavia, mesmo que o salário tenha sua representatividade, há um quadro hierárquico que faz com que o trabalhador, na medida em que vai subindo de posição, passe a sentir-se mais próximo dos valores da empresa. Dessa forma,

o poder condicionado também é de grande significação na vida econômica. O trabalhador médio só reage a o poder compensatório; na ausência desse não trabalharia. Entretanto, em quase todas as tarefas, exceto as mais entediadas e estafantes, o trabalhador se orgulha de seu trabalho e reflete em sua realização aquilo que Thorstein Veblen chamou de instinto para arte no trabalho. Este instinto torna-se cada vez mais importante e reconhecido na medida em que o indivíduo ascende na hierarquia da grande empresa. O diretor-presidente (ou o aspirante ao cargo) orgulha-se de realmente acreditar naquilo que está fazendo (Galbraith, 1984, p.29).

A palavra instinto reflete a possibilidade de o trabalhador, na medida em que seu cargo vai melhorando, ir absorvendo de forma tão forte os valores da empresa como sendo os seus próprios, a ponto de passar a incorporá-los como sendo inerentes a si mesmo. É a entrega de si ao outro, empresa, que incorporada como algo natural ao sujeito passa a ser o referencial principal e talvez quase que único de seu pensamento sobre ele mesmo e sobre seu trabalho.

A eficácia desse poder condicionado viria da utilização de instrumentos conhecidos pela sociedade industrial moderna. Um dos instrumentos é a publicidade exercida através dos meios de comunicação de massa. Outro é a educação familiar e a escola. Assim pontua e enfatiza Galbraith (1984):

Pela arte e reiteração as pessoas são persuadidas a crer na jovialidade peculiar a certa marca de cerveja, nas qualidades protetoras da saúde específicas de uma determinada marca de cigarros, na elevação social da brancura dos colarinhos, no singular estilo moral de um determinado político (...) Em todos os casos o efeito é o mesmo: o comprador é levado a crer nos propósitos do vendedor (...) Não importa que isto nem sempre seja percebido como um exercício de poder. O fato de que sua crença talvez seja superficial e a subordinação resultante não seja duradoura nem substancial não altera o caráter essencial da tentativa (p.30-31).

---

<sup>2</sup> Galbraith (1984), em Anatomia do Poder, define organização como um grupo de pessoas reunidas com algum propósito ou trabalho.

Podemos perceber, através dessa citação, que o poder condicionado toma um alcance social quase infinito, na medida em que incide em toda as instâncias sociais. Haveria, dessa forma, a intenção de negócios por detrás das mais diversas atividades como a política, o consumo e bens e serviços, a arte e a educação. A publicidade e a educação assumem posições estratégicas na medida em que são ferramentas fundamentais para a “conquista de uma crença ou convicção, sendo que a educação goza de melhor reputação social que a publicidade” (Galbraith,1984, p.31).

Portanto, assim como a publicidade precisa dos meios de comunicação de massa para dar conta de seu propósito condicionador, o papel dos pais ou dos professores passa a ser fundamental enquanto agentes da relação ensino-aprendizagem, trazendo, com eles, todo um *status* de confiança. Um *status* que transforma esse poder condicionado em um exercício implícito.

Interessante, aqui, vemos a descrição do papel dos meios de comunicação e o papel dos pais e professores que lecionam em instituições como escolas e universidades:

Um Presidente pode dizer em particular que o povo precisa ser instruído a respeito deste ou daquele assunto. Mas quando vai a televisão é pra dizer que eles, como cidadãos, precisam ficar cientes disso ou daquilo. Admite-se a imprensa, a televisão, o rádio - os meios de comunicação de massa em geral - têm uma grande função educativa. Mas eles normalmente não declaram isso; seu propósito tático é simplesmente informar seus leitores, espectadores e ouvintes. (Galbraith, 1984,p.31).

Segundo este autor, a existência desse poder de condicionamento fica evidente, na medida em que as crianças, desde pequenas, tomam ciência da autoridade dos pais quando estes as ensinam que as leis são feitas para serem obedecidas e que há um código a ser cumprido em relação à higiene, aos trajes e à aceitação da liderança. Ao professor é dado um *status* de poder pautado no saber, havendo uma submissão que passa a ser "prazerosa" à vontade dos outros (Galbraith,1984, p.32).

Tal condicionamento implícito age abrangente, mas subjetiva e invisivelmente, sobre o indivíduo, desde o nascimento. Não podemos avaliar sua importância em relação ao condicionamento ostensivo, mas nem podemos duvidar de que é importante (Galbraith, 1984, p.35).

Todavia, esse condicionamento se estende também à ideologia e aos interesses sócio-econômicos. É perceptível o condicionamento educacional em prol de uma ideologia que molda as crianças às virtudes da livre iniciativa. Quase como um jogo, participantes, como as empresas e o governo, fomentariam isso, para que o público em geral, e não somente as crianças, fossem impactados pelos ideais do mundo dos negócios. Conseqüentemente, os indivíduos “são levados a aceitar os ideais do mundo dos negócios como expressões válidas do bem público e do seu próprio”. (Galbraith, 1984, p.33).

Assim, depois de conquistada a crença - via condicionamento explícito ou não - a sujeição à vontade dos outros passa a ser um produto do “senso moral ou social do próprio indivíduo”.(Galbraith,1984,p.35) Passa a haver uma desvinculação da retribuição compensatória da punição condigna na proporção em que o senso comum deixe de encontrar resistência.

Por fim, para que todos os tipos de poder identificados por Galbraith (1984) - o condigno, o compensatório e o condicionado - possam ser sustentados, torna-se necessária a existência de fontes de poder, aquelas que dão respaldo à existência de cada um desses poderes e permitem os devidos cruzamentos de interesses quando isto necessário for.

### **2.1.2 As fontes de poder**

De acordo com Galbraith (1984), são três as grandes fontes de poder que dão base aos tipos de poder identificados anteriormente e dão a legitimidade necessária ao exercício do poder. São elas: personalidade, propriedade e organização.

A personalidade, em determinada época, foi uma fonte que legitimava o poder a partir de algumas características inerentes ao sujeito, como inteligência, simpatia e honestidade. Galbraith (1984) remete seu pensamento à infância, quando as crianças fazem deferência natural ao mais forte do grupo. Segundo ele, na medida em que vamos amadurecendo, a força - uma característica inerente do sujeito - vai dando menos base ao poder condigno. Os adultos já não passam a ter a mesma forma de sujeição à essa característica da personalidade do que antes.

Todavia, Hércules, Pedro o Grande e De Gaulle deveram parte de seus poderes à força física ou à estatura:

Em todas as sociedades modernas persiste uma tendência de tratar com deferência, isto é, de submeter-se, num certo sentido, a uma figura de porte alto ou que impressione fisicamente (Galbraith, 1984:40).

Assim sendo, algumas características pessoais podem ser representativas, ainda, na “comunidade moderna”, mas assumem maiores dimensões na medida em que possuam uma ligação mais estreita com o poder condicionado.

Na comunidade moderna, a associação mais importante da personalidade é hoje essa conexão com o poder condicionado. A personalidade autêntica submete persuadindo - cultivando a crença, “exercendo liderança”. (Galbraith, 1984, p.41).

A capacidade de persuadir passa a ser um privilégio em um mundo moderno no qual a persuasão pode significar a capacidade de vender produtos, serviços ou discursos, de convencer e submeter os outros. Porém, há uma espécie de técnica que envolve a persuasão. Na medida em que essa personalidade pesquisa o que sua clientela quer ouvir, ela deve possuir as qualidades inerentes a um líder, para não se passar por demagogo. Assim,

(...) o indivíduo que acomoda seus pontos de vista às crenças e aspirações da multidão não deve ser menosprezado. Nem relegada a personalidade como fonte de poder. O que há habitualmente é um contrato. Um pretense líder que possua os dons e as qualidades pessoais necessárias reconhece a vontade da clientela e identifica-se com ela. Mas, por agir assim, sua clientela concorda em aceitar a vontade dele em determinadas questões. Diz aos seus seguidores, como são chamados, aquilo que o próprio condicionamento deles lhes disse que deveriam acreditar. Eles, por seu turno, aceitam o modo pelo qual ele exprime a crença coletiva e o seguem em certas colocações. (p.46)

O resultado desse procedimento é o político conseguindo ser eleito; o líder sindical organizando um sindicato forte; o homem de negócios competente fazendo com que sua empresa seja bem administrada; o líder religioso atuando numa igreja que prospera. Dessa forma, a personalidade passa a prescindir de uma sistemática para gerar suporte aos poderes derivados dela.

A segunda fonte de origem do poder é a propriedade. Para o autor esta é uma fonte “aparentemente a mais direta”, na medida em que uma pessoa se

submete a outra pessoa de forma objetiva pelo fato de esta possuir bens, patrimônio e outros recursos percebidos como importantes por quem se submete. Assim, o poder daqueles que possuem propriedade chegou a ser tão grande, como uma fonte de poder, que outorgou o direito de punir os escravos e, ainda hoje, dá direito a diversos indivíduos de exercerem o poder a partir de suas posses. Vejamos alguns exemplos:

(...) nos últimos anos do séc. XIX, tão grande era o prestígio da propriedade que esta concedia poder ao seu detentor... O que o rico dissesse ou acreditasse atraía a crença de outros como coisa óbvia... eles tinham acesso automático ao poder compensatório e ao poder condicionado (Galbraith, 1984, p.51).

É interessante identificarmos que, ainda hoje, existem revistas que dão conta da vida dos ricos e famosos, seus hábitos de consumo e de lazer. Por vezes, esses hábitos podem vir a ser introjetados por aqueles que possuem o hábito de ler tais publicações. Esse fenômeno também acontece com os programas de TV, com as novelas e com os filmes. Ironizando, Galbraith (1984) assim nos descreve o processo:

(...) entre os homens de dinheiro permanece até hoje a idéia de que, por causa da riqueza ou da primazia social decorrente, seus pontos de vista ... devem ser levados a sério. (p.52).

O autor nos remete ao prestígio e ao valor do dinheiro presentes em nossa sociedade. O “dinheiro” representando o alcance de um “sucesso” imaginado como ideal. O aval que possibilita a transmissão do “como se consegue chegar lá”.

Porém, diferentemente do que acontecia no século XIX, o homem rico de hoje não mais possui tanto acesso direto ao poder condicionado e sim um acesso indireto a esse tipo de poder. Este passou a ser comumente utilizado na medida em que firmas de relações públicas são contratadas com a finalidade de conquistar as demais pessoas para as suas crenças, não havendo mais uma exposição direta dos homens ricos às pessoas que ele quer coaptar.

A terceira fonte de poder apontada é a organização. Essa fonte é associada, geralmente, às demais fontes, quais sejam a personalidade e a propriedade. O autor define-a como um grupo de pessoas reunido com algum propósito ou trabalho. Nesse trabalho, as relações de poder se dão após o momento em que os participantes submetem-se aos objetivos da empresa na busca de uma identidade comum que, por sua vez, requer normalmente uma submissão, também externa, à organização. O autor exemplifica esse processo com o exemplo do exército.

(...) um exército é uma organização; tem uma sólida estrutura interna que outorga a cada homem seu respectivo lugar e autoridade; exige um alto nível de obediência - de submissão - internamente de seus membros e externamente daqueles que impressiona, atemoriza, ou conquista ou subjuga. (Galbraith, 1984, p.58).

Porém, independentemente do tipo de organização - seja ela o exército, a empresa, o sindicato ou o partido político-, três características são fundamentais de serem abordadas na utilização das fontes de poder: a simetria bimodal da organização, a intensidade de associação com as demais fontes de poder e a diversidade ou concentração dos objetivos.

A simetria bimodal procede através da conquista crescente de poder dentro de uma instituição ou de um grupo e, por conseguinte, uma relativa conquista em relação aos grupos ou instituições externas. Como exemplo, Galbraith (1984) identifica que quanto mais adeptos a uma reivindicação feita por um sindicato em específico, mais força terá esse sindicato em relação às empresas que com ele negocia. Assim, a simetria apontada por Galbraith (1984) se dá pelo fato de que, na medida em que se conquista mais submissão daqueles que fazem parte de um grupo, há uma correspondente conquista de poder de negociação junto a um grupo externo.

Este autor faz alusão a um exemplo específico dessa simetria dentro do cenário empresarial moderno. Segundo ele, a sujeição do consumidor aos produtos produzidos e vendidos por uma empresa se dá na medida em que haja qualidade interna na organização empresarial, o que significa que os funcionários vistam cada vez mais a camisa da empresa, submetendo-se aos seus propósitos. A segunda característica apontada diz respeito ao poder tornar-se mais intenso na medida em que as três fontes, personalidade, propriedade e organização, se associam. Essa questão é exemplificada através da análise do aparelho

governamental da Alemanha nacional-socialista na Segunda Guerra Mundial. A associação entre a personalidade de Hitler, os recursos financeiros e a eficaz burocracia alemã foram fundamentais para a ampliação do poder hitleriano sobre a população. Galbraith (1984) lembra os campos de concentração - que tornavam visíveis as punições condignas, a eficiência da burocracia da SS - muito bem recompensada pelo Estado - e o condicionamento explícito da propaganda de Hitler - que utilizava o monopólio ou quase monopólio do acesso à opinião pública - para tornar o poder explícito. Este poder, aos poucos, passou a ser, implicitamente, um objetivo comum ao povo alemão.

A terceira característica levantada por Galbraith (1984) diz respeito à diversidade ou à concentração dos objetivos para se alcançar à submissão de outros. Sempre que determinamos muitos objetivos a alcançar, fica mais difícil conseguir o apoio de outros, na medida que há uma diluição da força. A diversidade prejudica o poder condicionado. Já a concentração de objetivos, em um ou poucos pontos, facilita o processo de convencimento e de sujeição dos outros àquilo que é proposto. O exemplo que o autor traz é o poder dos partidos políticos, que diminui na proporção em que diversifica seus objetivos, dificultando o entendimento de todos aos seus propósitos. Já os lobistas exercitam suas ações focalmente, definindo um objetivo de cada vez, tornando mais fácil a união em torno de uma mesma questão.

### 2.1.3 O poder no alto capitalismo

Após a revolução industrial, houve um deslocamento do poder dos antigos mercadores para as mãos dos capitalistas industriais. Com isso, a sociedade ocidental vê nascer uma estrutura de força organizada de trabalho, vinculada a salários. O poder da compensação assume, assim, uma posição de destaque.

Com o decorrer do tempo, grandes empresários industriais absorvem poder também em função de suas personalidades, personalidades capazes de interferir no estilo de vida das pessoas, havendo uma imagem única entre a organização denominada empresa e o empresário industrial que era o acionista majoritário daquela empresa. “O estilo de vida sancionado pela sociedade ficou subordinado aos propósitos da indústria; passou a servir o poder industrial” (Galbraith, 1984, p.116).

No final do século XIX, são os administradores que passam a ter esse poder. Segundo Galbraith (1984), a fonte de poder “organização” passava a substituir, de vez, a fonte de poder denominada “personalidade”. Aos especialistas e aos técnicos era dado o direito de governar aquelas estruturas organizacionais.

Paralelamente, há uma transferência do poder condigno ao Estado. O poder, que outrora pertenceu aos monarcas, agora passava a ser legitimado por algumas instituições do Estado como a polícia e o exército. Todavia, no restante das organizações sociais, esse poder condigno passa a ser cada vez menos utilizado e, conseqüentemente, perde seu poder relativo no conjunto social.

O que este autor procura evidenciar é que o poder condigno, que antes sujeitava as pessoas pelo medo, pela possibilidade de uma pena ou mesmo da utilização da força bruta, aos poucos foi sendo substituído pelos poderes compensatório e condicionado, limitando sua existência a alguns órgãos que permitem "repressão".

O Estado, em contrapartida, torna-se uma extensão dos interesses dos industriais. Passa a ter ligações estreitas com os interesses da indústria, incorporando seus valores.

Assim, o condicionamento, tendo como base a indústria, vai fazendo com que o sentido de felicidade para as pessoas se transforme nos propósitos ligados aos interesses da indústria, sancionados pela sociedade. Portanto,

O estilo de vida sancionado pela sociedade ficou subordinado aos propósitos da indústria; passou a servir o poder industrial. O poder condicionado do capitalismo industrial, tal como se desenvolveu e consolidou no século XIX, permaneceria um influente instrumento de poder por várias gerações. (Galbraith, 1984, p.116).

Para entendermos o que isso significa, é preciso olhar com uma lente o que representa uma empresa para este autor: “uma empresa é uma organização. Exige um alto grau de submissão interna... que não exclusivamente, atividades ligadas à produção de bens e serviços” (p.59).

Sendo a empresa um tipo de organização e sendo uma organização uma fonte de poder, essa empresa torna-se a fonte principal de sustentação de outras fontes de poder como a personalidade e a propriedade. Entretanto, a submissão ao poder da empresa não se dá somente quando os trabalhadores estão envolvidos nos processos de produção de bens e serviços, mas, sim, nas mais diversas atividades que envolvem seu dia a dia:

A exemplo de muitos aspectos do poder, os propósitos pelos quais ele é procurado são amplamente sentidos, mas raramente enunciados. Indivíduos e grupos buscam o poder para promover seus próprios interesses, inclusive, e talvez principalmente, seus próprios interesses pecuniários. E para estender a outros os seus valores pessoais, religiosos e sociais. (p.8).

Nesse sentido, o cerne da questão do poder na organização é a utilização do mesmo como ferramenta de ganho de capital ou de extensão de valores pessoais, religiosos e sociais, em que os valores das empresas devem ser incorporados aos valores<sup>3</sup> dos executivos que nelas trabalham. Vejamos:

---

<sup>3</sup> Na perspectiva do Dr. Joaquim Corrêa, Cultura Organizacional é: "... o conjunto de crenças, valores, normas, atitudes e comportamentos desenvolvidos em uma organização, originados dos subsistemas, social, técnico e político e incorporados pela organização como um todo" (Corrêa, 1989, p.18). Valor é: "um padrão ou critério que serve para orientar a ação. Para desenvolver e manter atitudes em relação a situações ou objetos relevantes, bem como para julgar a si e a outros." (Corrêa, 1989, p.1). Crença é: "qualquer proposição, consciente ou inconsciente, inferida do que uma pessoa diz ou faz, capaz de ser percebida pela frase: - eu creio que..." (Corrêa, 1989, p.1). Atitude é: "uma organização de crenças, relativamente duradoura, em torno de um objeto ou situação que predispõe o indivíduo a responder de alguma forma preferencial" (Corrêa, 1989, p.1)

Entre os executivos, a subordinação total aos propósitos da firma torna-se indispensável. Expressar algo ou agir em conflito com os objetivos da empresa é inconcebível. Nenhum alto executivo ousaria insinuar que os cigarros fabricados por sua companhia provocam câncer, que seus automóveis não oferecem segurança ou que seus produtos farmacêuticos são clinicamente suspeitos. (Galbraith, 1984, p.62).

Mesmo sabendo que Galbraith (1984) tem como campo de estudo a empresa americana dos anos 60, 70 e 80, um cenário distinto da empresa localizada no Brasil de hoje, nos é possível perceber que conflitos relacionados à sujeição ou não diante de uma recompensa satisfatória persistem ainda hoje. Entretanto, aprofundando-se ainda mais a questão da sujeição, este autor identifica que é no executivo de alto escalão que esta deve acontecer nos limites maiores, na medida em que esse escalão representa a empresa. Cabe aos executivos mais altos hierarquicamente a função de representar a empresa para os públicos interno e externo e, portanto, possuem o dever de estar totalmente inseridos dentro dos valores da mesma.

Entretanto, não é tão fácil assim a sujeição através do poder condicionado. Há o papel da resistência do indivíduo a esse exercício de poder, na medida em que nem todos cumprem seu papel de uma forma tão homogênea e esperada.

Na verdade, há uma dialética e um diálogo de poder, inexistindo uma ação sem que ocorra uma imediata reação, ou seja, há uma lógica e um pacto que existem a partir de um diálogo entre o sujeito e aquele de quem se pretende a submissão. Para o autor, o poder não é algo estático, exercido diretamente sobre indivíduos supostamente indefesos e sim um exercício dinâmico. É nesse combate que há o equilíbrio e a continuidade do exercício do poder. É esse diálogo de poder, de ação e reação que propicia a existência do poder. Desenvolve-se, assim, um sistema: o equilíbrio entre quem exerce e quem se opõe ao poder gera uma resistência. Essa resistência é o que limita o poder em sua eficácia, porém é também o fator de equilíbrio que permite sua existência.

Assim, a primeira reação lógica de uma tentativa de sujeição seria a ação de procurar limitar ou mesmo impedir o exercício desse poder. Todavia, não é isso o que acontece. A prática comum de reação a um poder exercido é através da criação de uma posição contrária de poder e não de confronto. Objetivamente, o que ocorre é que, ao poder do empregador, a resposta é o sindicato e não o fim da relação empregado e empregador; ao poder de uma autoridade religiosa, a reação

é a criação de uma doutrina contrária e não o confronto com a outra religião, como numa espécie de subterfúgio que permite “fugir” de um confronto direto. Pragmaticamente, quando possível, “a resposta ao exercício indesejável de autoridade religiosa é uma igreja ou uma doutrina contrária. Se o vendedor exagera nos preços, o comprador se junta a outros para pechinchar ou para boicotá-lo”. (Galbraith, 1984, p.78).

Essa simetria entre ação e reação também ocorre em relação às fontes de poder: se o poder tiver origem na personalidade, será contestado por uma personalidade mais forte; se o poder tiver origem pelo que a propriedade representa enquanto fonte de poder, será contestado por outra propriedade e, para finalizar, se o poder tiver origem na organização empresarial será combatido por outra empresa. Mas essa simetria haveria apenas em níveis de fonte, ou haveria, também em relação aos poderes condigno<sup>4</sup>, compensatório<sup>5</sup> e condicionado<sup>6</sup>? Lembremos que personalidade é uma das fontes descritas por Galbraith, como balizadora de poder.

Para Galbraith (1984), independentemente do tipo de poder, a reação do indivíduo ocorrerá utilizando o mesmo tipo de poder imposto, ou seja,

a punição condigna faz face à punição condigna, a retribuição compensatória à retribuição compensatória. Se o instrumento de imposição for o condicionamento social, explícito ou implícito, este será também o principal esquema de resistência. (p.80).

A reação simétrica é aquela em que o indivíduo vai responder ao poder utilizando o mesmo tipo de poder, as mesmas “armas”. A um poder exercido pelo pagamento de um bom salário, um salário maior faria com que o indivíduo se sujeitasse a outra organização; a um poder que utiliza a coação mediante a força, representada por um grito, por exemplo, a reação vem sob a mesma forma e, por último, se a ação vier mediante condicionamento, a resposta será utilizar o mesmo

---

<sup>4</sup> O poder condigno é aquele em que alguém "obtem submissão pela capacidade de impor às preferências do indivíduo ou do grupo uma alternativa suficientemente desagradável ou dolorosa para levá-lo a abandonar essas suas preferências" (Galbraith, 1984, p.4)

<sup>5</sup> O poder compensatório é aquele em que é oferecido a um sujeito "uma recompensa ou um pagamento suficientemente vantajoso ou agradável para que renuncie à sua própria preferência" (Galbraith, 1984, p.16).

<sup>6</sup> O poder condicionado "é exercido mediante a mudança de uma convicção, de uma crença" (1984, p.6).

mecanismo que o condiciona, como resposta. Em suma, minha leitura remete à seguinte questão: se uma empresa utiliza uma rede interna para condicionar e, por vezes, vigiar seus funcionários, alguns poderão criar condições de, na mesma rede, tornarem-se invisíveis ou de separar aquilo que é profissional do que é particular para não se sentirem observados. Em contrapartida, o poder condicionado, que provoca a reação, passa a ter legitimidade, na medida em que a lei, nos países "livres" do Ocidente, protege este exercício. Dessa forma,

o poder condicionado é notável não porque é regulado por lei, mas porque é protegido explicitamente pela lei nos países livres do mundo. Se o poder condigno é vedado ao cidadão privado, sua liberdade de falar e manifestar-se, base do poder condicionado, é especificamente garantida. (Galbraith, 1984, p.91).

Todavia, a garantia de liberdade do poder condicionado só existe quando certas "idéias estranhas" não vêm de encontro ao discurso comum. Exemplos utilizados pelo autor são: a propaganda política subversiva, a pornografia e o homossexualismo como categorias ainda consideradas como "idéias estranhas". Ele demonstra que quando alguém ou um grupo de pessoas vai fortemente de encontro ao *status quo*, seja utilizando a violência, seja através de discursos ideológicos contrários a quem governa, há uma tendência de transformar o protegido por lei em proibido. Neste sentido, a legitimidade da lei só vai acobertar o que é de "interesse público". Dada a força desse poder de condicionamento, que interfere nas mais diversas relações sociais e que é capaz até de subverter uma lei, este passa a ter um *status* a ponto de Galbraith (1984) definir que vivemos na "Era do Poder Condicionado".

Para que este poder chegue a representar uma "Era", o autor levanta a importância da diluição das ações das empresas que, de poucos donos, deslocam-se para as mãos da sociedade. É nesse momento que os "administradores", e não mais os proprietários, assumem as empresas. Portanto, há uma transferência definitiva de parte do poder aos administradores.

A grande empresa controlada pela administração, o sindicato, o Estado burocrático moderno, grupos de fazendeiros e de produtores de petróleo trabalhando em íntima aliança com os governos, associações de comércio, grupos de pressão (lobbies) - todos são manifestação da era da organização. (Galbraith, 1984, p.136).

Assim, podemos perceber que a expressão a "Era da Organização" é usada para definir um período de tempo em que a empresa e os demais participantes do ambiente social se organizam enquanto rede estruturada e planejada, de forma que os interesses econômicos das organizações empresariais passam a ser misturados aos mais diversos interesses da sociedade como um todo. Uma rede integrada de interesses que permeiam indústria, mídia, consumidor, funcionário e governo. Assim, segundo o autor, a ascensão da Organização é visível para aqueles dispostos a percebê-la. Ele quase que diz: "só não vê quem não quer". Sua influência é cada vez maior na economia, na estrutura política do país e no cotidiano dos indivíduos. Isso fica evidenciado nas seguintes palavras:

A ascensão da organização nos tempos atuais é para aqueles dispostos a vê-la, nitidamente visível. Sua influência é sentida na economia, na estrutura política e no caso especial e sombrio do poder militar; manifesta-se em uma centena de formas de ação de cidadãos e de (assim chamados) grupos de interesse específico que visam obter submissão de terceiros, seja diretamente, seja através do Estado. A grande empresa controlada pela administração, o sindicato, o Estado burocrático moderno, grupos de fazendeiros e de produtores de petróleo trabalhando em íntima aliança com governos, associações de comércio, grupos de pressão (lobbies) - todos são manifestações da era da organização (...) todos significam uma dependência imensamente maior ao condicionamento social como instrumento de imposição de poder. (Galbraith, 1984, p.136).

De forma objetiva, o que está ocorrendo nos dias de hoje não é mais um condicionamento que tem como base apenas a economia; é como uma guerra de interesses, uma guerra para conseguir a submissão das pessoas, seus votos, suas mentes e seus discursos.

Um exemplo da força desse tipo de poder, denominado de "condicionamento social", seria a guerra movida pelos Estados Unidos da América contra o Iraque. Uma guerra que tem por trás os interesses das empresas americanas de combustível, de arma e de construção, havendo o que poderia ser, na perspectiva galbraithiana, um acordo informal entre os meios de comunicação de massa e os interesses das empresas. São os meios de comunicação de massa que vão ajudar na criação da crença da existência do Iraque terrorista.

Assim sendo, o poder dos grandes conglomerados contemporâneos é um tipo de poder capaz de ser exercido ao eleger políticos que representem seus interesses e que têm, nos meios de comunicação, um reverberador de seus valores:

Os grandes conglomerados, a indústria de armamentos, as empresas em geral, sindicatos, agrárias, instituições religiosas, grupos de consumidores e uma quase infinidade de organizações com outros propósitos mais específicos agora participam rotineiramente nos processos externos do governo e procuram obter a submissão dos eleitores em prol de suas próprias necessidades e objetivos. (p.151).

O papel dos meios de comunicação, enquanto ferramenta de poder nesse sistema de poder condicionado, fica ainda mais explícito quando Galbraith (1984) aponta:

No Estado Moderno, e particularmente nos Estados Unidos, este condicionamento social é exercido com a máxima intensidade. Discursos, anúncios e publicidade nos jornais, comerciais de rádio e, sobretudo na televisão assumem importância fundamental na campanha política moderna. O volume e a estratégia na utilização desses instrumentos para conquistar a crença - o poder condicionado, portanto - são considerados decisivos. (p.151).

Assim, a comunicação passa a ter um *status* estratégico na sociedade, servindo aos objetivos das organizações, objetivos que passam a ser incorporados por todos nós plenamente ou em menor intensidade.

O poder de condicionamento social que o autor levanta é aquele capaz de condicionar e de adestrar subjacentemente, transformando quem o detém, momentaneamente, em um agente multiplicador.

A intensidade da manipulação do poder condicionador das empresas chega também aos órgãos públicos. Isso pode ser evidenciado no seguinte exemplo:

A habilidade de manipular com êxito a informação é um aspecto da disciplina mais ampla que relaciona o poder interno e externo da organização. O órgão público que extrai dos seus membros um alto grau de submissão aos seus propósitos inclui nessa submissão a renúncia a liberdade de expressão... que no caso extremo, mas de modo algum excepcional, significa o abandono do pensamento independente em prol de tudo que reflita as metas da organização. Só então o indivíduo é considerado um bom soldado (...) (Galbraith, 1984, p.155).

Aqui, o autor traz à tona, a palavra disciplina. Termo importante, no sentido de que disciplina já indica uma certa organização ou ordenação de acordo com algo pré-estabelecido; na medida em que disciplina impõe alguma regra a ser cumprida. O indivíduo renuncia à sua liberdade de ser em prol das metas da empresa, metas essas determinadas através de um condicionamento social e de

uma opinião "supostamente" coletiva. Todavia, seríamos ingênuos em não entender o quanto há de subjetivo no exercício desse poder invisível:

A submissão obtida por qualquer exercício do poder condicionado é subjetiva e relativamente invisível... - há uma forte tendência, já mencionada, de considerar garantida a submissão. (Galbraith, 1984, p.160).

Essa garantia de submissão viria do que ele chama de "ilusão de poder". Uma ilusão que surge conforme o funcionário se aproxima dos altos cargos hierárquicos. Os funcionários mais próximos desses altos cargos são entusiastas do poder que acreditam derivar deles mesmos, mas realçam a ligação com o poder do presidente, tornando, aos olhos do restante do público, uma contribuição "compulsiva" para a sua auto-estima. Como bem demarca Galbraith (1984), isso é uma ilusão. Assim, parte dessa ilusão

(...) nasce, uma vez mais, da pomposa deferência que numa organização subordinados prestam aos seus superiores hierárquicos. Talvez mais importante, uma vez que a organização possui poder, o indivíduo sente que uma parcela desse poder é dele próprio. Sua submissão à organização é completa, mas, por algum processo subjetivo de partilha, algo desse poder lhe pertence. (p.189).

Para compreendermos melhor o que Galbraith poderia querer dizer como "processo subjetivo de partilha", remeto minha investigação a Michel Foucault, um autor que se aprofunda no que há de subjetivo na questão do poder.

## **2.2 Foucault e a fisiologia do poder**

"O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma anatomia política que á também igualmente uma "mecânica de poder", está nascendo, ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis" (Foucault, 1987, p.119)

Poucos autores do cenário contemporâneo alcançaram tanta repercussão em tantas áreas do saber quanto Michel Foucault. Porém, o estudo feito por este autor sobre a questão do poder foi aquele de maior impacto devido ao nível de profundidade em que este foi abordado, construindo uma verdadeira “fisiologia” do poder. Suas investigações, ao longo dos anos 70, identificaram algumas das principais técnicas utilizadas para o exercício do que chamamos de poder.

Tento aqui tecer algumas considerações a respeito da análise foucaultiana sobre o poder, destacando que, ao contrário do que os leitores possam imaginar, mesmo que o assunto “poder” permeie boa parte de suas obras como a “História da Sexualidade”, “A Ordem do Discurso”, “A Verdade e as Formas Jurídicas” e “Vigiar e Punir”, foi em “Microfísica do Poder” que o autor expôs, de forma mais direta, o resumo de seu pensamento sobre este assunto. Mas, mesmo assim, Foucault não construiu uma teoria geral do poder, ao menos uma teoria sob o ponto de vista histórico. Na realidade, o livro “Microfísica do Poder” trata de uma investigação profunda sobre as raízes e as relações de poder, fundamental para o entendimento do que este termo possa significar nos dias de hoje. Trata-se, por conseguinte, de uma genealogia. Uma genealogia que não busca a origem do poder do passado, mas sim a origem do poder atual.

O final do século XVIII vê surgir um novo tipo de poder, estabelecendo diferentes modos de a sociedade se organizar - um poder positivo que “fabrica” os indivíduos, fazendo com que estes assumam um *status* social produtivo e de utilidade. Nasce, aí, então, para Michel Foucault, uma crise nos mecanismos de poder utilizados nos séculos XVII e XVIII – séculos marcados por um poder negativo e punitivo, em que a conquista e a submissão vinham através da destruição do corpo dos indivíduos. Nas palavras de Foucault (1979), esse novo poder emergente e de caráter positivo passa a ser incorporado pela sociedade na medida em que “ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (p.8).

O poder que permeou o século XVII e parte do século XVIII, utilizava-se de técnicas de tortura física e psíquica sobre aqueles que, de alguma forma, não se sujeitavam às regras estabelecidas na época, fazendo com que um indivíduo, quando condenado por algum delito, fizesse parte de um ritual macabro. Tratava-se, portanto, de um poder baseado no medo instaurado por esses rituais, em que o sistema penal reforçava o direito da aplicação da força.

Metaforicamente, esse poder esse poder do século XVII e XVIII pode ser visto como um espetáculo teatral em que participavam os condenados e alguns coadjuvantes, membros das comunidades locais. A esse tipo de poder Foucault (1979) denominou de poder “pastoral”. Assim relatava a “Gazette d’Amsterdam” (In: Foucault, 1979) quando de um dos rituais de tortura, segundo este autor:

Essa última operação foi muito longa, porque os cavalos utilizados não estavam à tração; de modo que, em vez de quatro, foi preciso colocar seis; e como isso não bastasse, foi necessário, para desmembrar as coxas do infeliz, cortar-lhes os nervos e retalhar-lhe as juntas...Afirma-se que, embora ele sempre tivesse sido um grande praguejador, nenhuma blasfêmia lhe escapou dos lábios; apenas as dores excessivas faziam-no dar gritos horríveis, e muitas vezes repetia: “Meu Deus, tende piedade de mim, socorrei-me”. Os espectadores ficaram todos edificadas com a solicitude do cura de Saint-Paul que, a despeito de sua idade avançada, não perdia nenhum momento para consolar o paciente. ( p.9)

Dessa forma, o poder punitivo, que chegou às vias de fato da tortura máxima, vai, aos poucos, dando lugar a um poder que, em vez de destruir o corpo, constrói a submissão do indivíduo por outra via, “fabricando-o”, produzindo vida, valorizando-a de modo a utilizá-la.

Foucault (1979) diz que para dar conta dessa fabricação seria necessária uma manipulação calculada dos gestos e dos comportamentos do indivíduo em seus pormenores para transformar esse organismo natural. Um processo de adoçamento e de minimização das formas orgânicas do seu comportamento, ou seja, substituindo o que há de natural nele e transformando, esse indivíduo, em um corpo na forma de objeto. O indivíduo passaria, desta maneira, a ser um produto manipulável e utilizável.

Assim, para que esse poder fosse sustentável, Foucault (1987) identifica que a disciplina passa a ser a principal técnica utilizada para o alcance deste objetivo de fabricação do indivíduo. Porém a base desse poder deixa de ser as regras jurídicas e passa a ser as normas incorporadas pelo indivíduo imperceptivelmente.

Esses métodos (...) lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. (p 118)

Portanto, dos conventos, do exército e das oficinas de outrora, ambientes em que a disciplina era limitada a espaços específicos, esta passa a atuar de forma sistemática, agindo diretamente sobre o corpo do sujeito, transformando-o em um objeto e numa máquina e, conseqüentemente, interferindo em todas as relações sociais em que ele está incluído. O corpo do ser humano é transformado num objeto na medida em que é incorporado a um sistema maior de relações de poder e, concomitantemente, incorpora um papel muito próximo a uma máquina, que, por vezes, precisa de reparo ou que possui manuais de conduta.

Assim sendo, a “fabricação” dos indivíduos necessita de uma disciplina diferente da do século XVII - uma disciplina contendo o conjunto necessário de procedimentos para distribuir e fabricar indivíduos nos locais mais heterogêneos, porém, mantendo-os dentro de um discurso homogêneo.

Colégios: o modelo do convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como regime de educação senão o mais freqüente, pelo menos o mais perfeito; torna-se obrigatório em Louis-le-Grand quando, depois da partida dos jesuítas, fez-se um colégio modelo.

Quartéis: é preciso fixar o exército, essa massa vagabunda; impedir a pilhagem e as os habitantes que suportam mal as tropas de passagem ... A ordenação de 1719 prescreve a construção de vários quartéis, imitando os já organizados no sul do país; o encarceramento neles será estrito. (Foucault, 1987. p.122).

Ao escrever que “é preciso fixar o exército, essa massa vagabunda; impedir a pilhagem e as violências”, Foucault já explicita as novas características dessa disciplina. Uma disciplina que procede na medida em que domina, conhece e utiliza os indivíduos através de táticas como anti-aglomeração, anti-vadiagem e anti-dispersão. Uma disciplina padronizadora.

Entretanto, que procedimentos seriam utilizados pela disciplina, para que essas táticas surgissem efeito?

Segundo Foucault (1987), para que o exercício de poder exista, é necessário dividir o tempo e a vida do indivíduo em locais pré-estabelecidos por quem exerce o poder. Numa empresa moderna, as baias dos escritórios e os horários de entrada e saída serviriam como exemplo do processo de “quadriculamento” a que Foucault se refere. Esse espaço disciplinar da empresa passa a ser usado para quadricular os indivíduos, ou seja, atomizá-los, não os deixando perceber que estão sendo monitorados e organizados para as tarefas. Assim:

Cada indivíduo em seu lugar, e em cada lugar, um indivíduo. Evitar a distribuição por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias... estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades e os méritos. (Foucault, 1987: 123).

Após fazer com que o indivíduo perca a noção do todo, reduzindo uma multiplicidade tida como caótica a uma homogeneidade constante ou a um padrão de conduta básico, é preciso analisar o comportamento do indivíduo para utilizar as comunicações necessárias para que ele passe a incorporar o discurso pré-estabelecido, vigiando-o e medindo suas qualidades e sua utilidade em todos os momentos. Vejamos, por exemplo, essa citação:

A regra das localizações funcionais vai pouco a pouco, nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil. (Foucault, 1987, p.123).

Diferentemente daquele poder negativo do século XVII, Foucault insiste em demonstrar que esse novo poder é capilar em sua essência, na medida em que não existe como algo único, vindo de uma só direção. É um poder que permeia toda a sociedade, fazendo com que o vigilante único a controlar, vigiar e punir os indivíduos seja substituído pelos diversos indivíduos, enquanto atores ativos e reativos das relações de poder - que vão incorporando certos valores a ponto de passar a existir um processo interminável de vigilância de uns em relação aos outros. Concomitantemente, os processos, os discursos e a tecnologia necessária vão surgindo, de modo a que esse exercício de poder vá adiante. Foucault (1987) remete seu olhar para dentro das fábricas da época da seguinte forma:

Percorrendo-se o corredor central da oficina, é possível realizar uma vigilância ao mesmo tempo geral e individual; constatar a presença, a aplicação do operário, a qualidade de seu trabalho; comparar os operários entre si; classificá-los segundo sua habilidade e rapidez; acompanhar os sucessivos estágios da fabricação. Todas essas seriações formam um quadriculado permanente: as confissões se desfazem; a produção se divide e o processo de trabalho se articula por um lado segundo suas fases, estágios ou operações elementares, e por outro, segundo os indivíduos que o efetuam, os corpos singulares que a ele são aplicados: cada variável dessa força - vigor, rapidez, habilidade, constância - pode ser observada, portanto

caracterizada, apreciada, contabilizada e transmitida a quem é o agente particular dela. Assim afixada de maneira perfeitamente legível a toda série dos corpos singulares, a força de trabalho pode ser analisada em unidades individuais. Sob a divisão do processo de produção ao mesmo tempo em que ela, encontra, no nascimento da grande indústria, a decomposição individualizante da força de trabalho; as repartições do espaço disciplinar muitas vezes efetuaram uma e outra. (p.125).

Porém, como poderia esse poder ser exercido sem o medo da punição direta? Foucault percebe que as punições passaram a ser substituídas por sanções normalizadoras. Sanções que não mais destroem o corpo físico diretamente, mas que fazem com que os indivíduos estejam dentro de uma suposta normalidade, ou seja, dentro de um padrão. As sanções geralmente são pré-estabelecidas, conhecidas pelos indivíduos, regulando as relações de poder até naquelas esferas menores como, por exemplo, numa relação entre chefe e subordinado. Assim, o exame serve para verificar se o indivíduo está agindo conforme o esperado. O poder e o saber se imbricam na medida em que o exame cobra um saber definido pelo chefe, cabendo ao subordinado conhecer esse saber. Forma-se um mecanismo de poder que atua nas esferas macro e micro da sociedade. A penalidade relacionada aos pequenos deslizes, ou a não conduta de acordo com o que se espera, Foucault denominou de micro-penalidade. Trata-se da transformação do sujeito em ator e receptor de poder e castigo, ou, como já levantei anteriormente, de ator agente e reagente. Os indivíduos são penalizados na medida em que não conseguem dar conta do esperado deles, mas, ao mesmo tempo, possuem o poder da penalidade. Percebe-se, aí, o papel da micro-penalidade. A micro-penalidade que age sobre os discursos, que age sobre os corpos, que age sobre a atividade, que consiste, a bem da verdade, em processos sutis que vão envolvendo os indivíduos numa grande rede de punição universal. E mais ainda, avalizada subliminarmente pelos indivíduos.

Buscando levantar um exemplo atual para essa questão, digamos que um empregado saia fora do horário pré-estabelecido pelas relações de trabalho que dizem respeito a ele e aos demais funcionários que cumprem a mesma função. Aquele indivíduo – que certamente é um indivíduo diferente dos colegas - será vigiado e penalizado por outro colega, na medida em que o outro já tenha assumido que, naquele espaço da empresa, os dois representam a mesma coisa. São cumpridores de tarefas e, por conseguinte, sujeitos aos mesmos horários pré-estabelecidos e compactuados por todos.

Foucault (1987) percebe que a disciplina impõe, obrigatoriamente, uma ordem, reduzindo toda a “multiplicidade” a uma “unidade homogênea”, organizando as relações sociais numa microfísica – a microfísica do poder. Como se os operários fossem indivíduos autônomos, movimentando-se em vias organizadas. Assim, este autor escreve sobre o procedimento da disciplina:

Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações. (Foucault, 1987, p.125).

A partir dessa individualização dos corpos, o poder disciplinar adentra não para retirar as forças do indivíduo, mas, sim, para multiplicá-las. De modo orgânico, cria-se um sistema que “aprimora” o indivíduo na medida em que ele vai acompanhando os processos estabelecidos ao longo do tempo:

O poder disciplinar é com efeito um poder que em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. (Foucault, 1987, p.143).

Dou um exemplo simples para compreendermos o que Foucault quer dizer com “adestrar”. Analisemos a situação de exame para identificar se um funcionário possui todo o conhecimento necessário sobre as regras da empresa. Para que este exame seja realizado, em qualquer tipo de instituição, há uma premissa de que o indivíduo tenha sido, anteriormente, levado a saber daquilo que seria argüido. E mais ainda, há todo um processo prévio de treinamento, de tentativa de persuasão para um caminho específico a ser trilhado. Um curso, para melhor atender os clientes numa empresa qualquer, não tem como objetivo primeiro tornar aquele indivíduo melhor, mas sim transformar aquele funcionário em alguém mais útil e produtivo aos interesses da empresa. E, para isso, o curso passa a ser uma ferramenta fundamental de disciplina. Após a realização desse curso, o funcionário, treinado, passa a assumir aquilo que foi passado como uma verdade a ser repassada a outros companheiros que, se por algum motivo vierem a agir de forma contrária, sofrerão uma sanção normatizadora. Entretanto, é fundamental alertar não se tratar, aqui, daquilo que ocorre em todas as empresas, mas de um exemplo daquilo que poderia significar o que Foucault levanta.

Após este exame, passa a existir a possibilidade de uma diferenciação dos indivíduos como se houvesse a possibilidade da criação de um grande banco de dados que permite classificar, organizar e cruzar informações sobre aqueles que denomino de “homens máquina”, que estão ou não dentro das normas vigentes na sociedade. Metaforicamente, o cenário está formado e os atores já estariam em seus respectivos lugares. Porém não como afetados somente, mas como coadjuvantes de um sistema.

Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a natureza dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida valorizadora, a coação de uma conformidade a realizar. Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (...) A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normatiza. (Foucault, 1987, p. 152-153).

### 2.2.1 O Panoptismo

O poder pode existir numa perspectiva maior e centralizadora como o poder do Estado, mas seu exercício se dá, efetivamente, nas mais diversas e pequenas relações, na medida em que a vigilância passa a ser exercida através de aberturas calculadas. É o olhar panóptico, não tendo mais apenas um indivíduo ou um grupo a observar todos os indivíduos localizados em determinadas fronteiras, mas sim um olhar individualizante de todos sobre todos:

No *panopticon*, cada um, de acordo com seu lugar, é vigiado por todos ou por alguns outros; trata-se de um aparelho de desconfiança total e circulante, pois não existe ponto absoluto. A perfeição da vigilância é a soma de malevolências. (Foucault, 1979, p.220-221).

Vale a pena ressaltar uma pequena citação de Zygmunt Bauman, em seu livro *Globalização as conseqüências humanas*, no qual este autor chama atenção para o sentido do Panóptico, levantado por Foucault, como sendo também passível de ser lido como sendo um poder sinóptico, quando remetido ao mundo virtual:

o ato de vigiar desprende os vigilantes de sua localidade, transporta-os pelo menos espiritualmente ao ciberespaço, no qual não mais importa a distância, ainda que fisicamente permaneçam no lugar. Não importa mais se os alvos do Sinóptico, que agora deixaram de ser os vigiados e passaram a ser os vigilantes, se movam ou fiquem parados. Onde quer que estejam, onde quer que vão, eles podem ligar-se – e se ligam – na rede extraterritorial que faz muitos vigiarem poucos. O Panóptico forçava as pessoas à posição em que podiam ser vigiadas. O sinóptico não precisa de coerção – ele seduz as pessoas à vigilância. E os poucos que os vigilantes vigiam são estritamente selecionados. (Bauman, 1999, p.60)

O “panóptico” de outrora, que tinha sua eficácia baseada na vigilância feita através de um só ponto localizado num ponto central do local em que se queria espiar, passa a ser mudado para uma nova concepção de vigilância. ou melhor dizendo, uma nova panorâmica. Vejamos o que significava o “panóptico de Bentham” para Foucault (1979):

O princípio é: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Estas celas têm duas janelas: uma abrindo para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta, então, colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Devido ao efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia. ( p.210)

A partir dessa nova concepção não centralizadora do “panóptico”, a vigilância vai se capilarizando e, concomitantemente, ficando mais micro, por incidir nas relações desde o sujeito consigo mesmo até o sujeito com outro indivíduo. Uma vigilância pedagógica se instaura no sentido de treinar e viabilizar um saber que convença os indivíduos de que determinada coisa seja certa ou errada. Essa vigilância passa a ser hierarquizada, funcional e contínua. A vigilância passa a ser um instrumento fundamental de controle dos indivíduos, funcionando como uma máquina que tem, como base de sua engrenagem, o domínio do indivíduo sobre seus sentimentos e sobre seus desejos, pois “se ele é forte, é porque produz efeitos positivos em nível de desejo” (Foucault, 1979, p.148). Surge, dessa maneira, uma sociedade disciplinar. Uma sociedade em que a disciplina estabelece a “docilidade do corpo”, a produção de bens, serviços, discursos e lucro.

Entretanto, o que Foucault poderia querer dizer com “sociedade disciplinar”? Este autor identifica que, em nossas sociedades, as múltiplas

relações de poder encruzam-se, sendo que o veículo desse poder é a produção e a circulação do discurso da verdade. Sem esse discurso não há exercício de poder na medida em que são esses discursos que garantirão a continuação desse mesmo poder. Assim,

no fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou que produzir a verdade para poder produzir riquezas. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. (Foucault, 1979, p.180)

A verdade, portanto, passa a existir na medida em que é criada pelo discurso, havendo uma relação direta entre o discurso criado e a lei que o legitima, mas, sendo esta um poder capilar, deve ser analisada numa perspectiva circular, sistemática e em cadeia. Dessa forma o poder, também, passa a ter de ser analisado como circular. Como diz Foucault:

(...) algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (Foucault, 1979, p.183)

Portanto, o poder, na perspectiva foucaultiana, não pode ser conhecido como algo detido por uma classe que o teria conquistado para submeter o outro, subtraindo, definitivamente, a participação dos dominados e a atuação dos dominados; muito pelo contrário, as relações de poder existem numa perspectiva de confronto ininterrupto. Como o autor explica, em uma passagem de “Vigiar e Punir”, sobre esse processo dinâmico do poder:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito conjunto

de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. (Foucault, 1987, p.26)

Nessa perspectiva, o autor objeta às análises tradicionais de poder enquanto algo centralizador ou derivado do Estado, salientando a impossibilidade da existência de uma sociedade sem relações de poder, ou seja, onde existir um grupo de pessoas, haverá, conseqüentemente, relações de poder. Portanto, o Estado não detém a prerrogativa de ser o centro das relações de poder como muitos imaginam.

Foucault (1979) ratifica essa idéia dizendo que

o poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou de aparelho de Estado. Não se pode entender o desenvolvimento das forças produtivas próprias ao capitalismo, nem imaginar seu desenvolvimento tecnológico sem a existência, ao mesmo tempo, dos aparelhos de poder. (p.221)

Contudo, é evidente que, dependendo dos tipos de instituição existentes na sociedade, o poder pode assumir uma forma piramidal, havendo, portanto, um ápice nela. O autor refuta, entretanto, a idéia de uma força sendo diretamente aplicada sobre outra sem que exista uma reação a ela. E mais, os elementos inferiores dão suporte ao exercício de poder dos elementos superiores dessa hierarquia, como nos deixa claro nessa citação:

É evidente que, em um dispositivo como um exército ou uma oficina, ou um outro tipo de instituição, a rede de poder possui uma forma piramidal. Existe portanto um ápice; mas, mesmo em um caso tão simples como este, este “ápice” não é a “fonte” ou o “princípio” de onde todo o poder derivaria como de um foco luminoso (...). O ápice e os elementos inferiores da hierarquia estão em uma relação de apoio e de condicionamento recíprocos; eles se “sustentam” (o poder, “chantagem” mútua indefinida). Mas se você me pergunta: esta nova tecnologia de poder historicamente teve origem em um indivíduo ou em um grupo determinado de indivíduos que teriam decidido aplicá-la para servir aos seus próprios interesses e tornar o corpo social passível de ser utilizados por elas, eu responderia: não. (Foucault, 1979, p.221).

Aqui, Foucault explicita o papel do indivíduo como agente ativo e reativo de poder e, conseqüentemente, dá um *status* ao indivíduo, não de um objeto passivo na tecnologia de poder, ou na engrenagem do sistema, mas, muito pelo contrário, como um indivíduo ativo na construção ilimitada de novos poderes que vão surgindo em todas as relações sociais existentes.

O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se podem ter se originam nessa produção. (Foucault,1987,p.161)

Em “A ordem do discurso” - aula ministrada quando de seu ingresso no Collège de France -, Michel Foucault (1971) percebe a linguagem como uma rede de códigos discursivos e de regras que, ao relacionarem-se às práticas sociais, constituem campos de conhecimento e, por conseguinte, produzem formas de se olhar o mundo, de se subjetivar – subjetividades.

Para este autor, o discurso é uma estrutura baseada em regras, que delimitam e prescrevem o que se pode ser dito, na medida em que são determinados enunciados que poderão ser declarados como falsos ou verdadeiros, previamente. Assim, o “verdadeiro” é um efeito das regras do discurso de um sistema regado de enunciados, na medida em que nos são oferecidos papéis que não hesitamos em desempenhar, o discurso pode ser concebido como parte de um campo maior de práticas sociais que se constroem numa perspectiva de rede de atividades e relações organizadas por regras. E mais, são essas regras que estabelecem, e distribuem as relações de poder. Logo, a maneira pela qual formulamos nosso pensamento sobre as coisas tem a ver com o vínculo conhecimento e poder, como se qualquer observação derivasse de um contexto de conhecimento e que, por conseguinte, formasse um conjunto de circunstâncias em que se pode vislumbrar um poder.

No Ocidente, por exemplo, o poder esteve relacionado aos discursos científicos organizados. Tanto é que Michel Foucault (1971) faz questão de criar essa relação forte entre poder e conhecimento, na medida em que o conhecimento jamais seria neutro numa perspectiva de que há uma instituição ou há interesses para a produção deste ou daquele conhecimento, fazendo com que o poder circule entre os mais diversos agentes. Assim como há interesses nas práticas econômicas justificando as teorias de produção e riqueza.

O conhecimento, desta forma, torna-se a base do exercício de poder. Todavia, o sujeito não possui o direito de dizer tudo aquilo que gostaria, na

medida em que há um processo de interdição, ou seja, há uma proibição de sua palavra em confronto com o conhecimento comum.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (Foucault, 1971, p.9)

Neste sentido os sujeitos se situam em seus discursos de forma contraditória. Como se aqueles discursos fossem os seus e ao mesmo tempo não fossem.

Inicialmente, Foucault (1971) nos revela a suposição de que, nas sociedades humanas, a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída de acordo com um certo número de procedimentos. Diz ele:

(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo: controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número procedimentos com função conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (p.8-9)

Provocativo, menciona que há “impedimentos” à livre expressão, porque ninguém pode dizer o que bem entende.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (p.9)

Para dar conta dessa afirmação, o autor nos remete à Grécia do século VI em que o discurso verdadeiro, aquele que todos deveriam ter respeito e submeter-se, era aquele pronunciado como o de direito. Assim, o orador não somente dizia o que se passava, mas também determinava a verdade.

Já nos séculos XVI e XVII, o sujeito passava a ter a vontade de saber, querendo ir além do ver e do comentar. Queria entender e investigar. Desta maneira, os conhecimentos passavam a ter que ser verificados e terem alguma utilidade e, nesse nível de utilidade, era necessário um investimento técnico material. A partir do século XVII, esses sistemas que definiam exclusão,

contavam, paralelamente, com um suporte institucional para validá-los como detentores dos discursos verdadeiros.

Assim, Foucault (1971) nos remete à existência de sistemas de exclusão que afetam, a partir do exterior, o discurso do sujeito; principalmente no que se refere ao desejo ao poder.

o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (p.10)

Portanto, todos queremos ser portadores do “discurso verdadeiro”, desconhecendo, porém, que estamos lidando com um poderoso dispositivo de exclusão.

Há, no entanto, procedimentos internos que atuam sobre o discurso, na medida em que ele se submete aos “mecanismos de controle”. No caso da disciplina científica, a verdade do discurso estará ligada à sua época de vigência segundo as normas em vigor. Assim, a disciplina forma um procedimento de controle eficaz de toda produção discursiva.

Foucault (1971) traz à tona um grupo de procedimentos que permite o controle dos discursos. Trata-se, agora, de impor aos indivíduos que os utilizam um certo número de regras, impedindo que todo mundo tenha acesso aos discursos. Seria como se estabelecessem senhas de acesso, ou seja, só se entra na “ordem do discurso” satisfazendo a algumas exigências, até porque nem todos estão abertos ou são acessíveis. Resumidamente, há uma coerção que limita o poder, que domina as formas de aparecer e que seleciona os indivíduos falantes. Dessa forma, os discursos assumem práticas descontínuas, que se cruzam e que também se excluem, como se houvesse, por vezes, uma convergência ou uma divergência que consistiria no processo da existência desse poder do conhecimento. Enfim, o discurso deixa de ser um fenômeno que se inicia individualmente, passando a estar ligado a uma regularidade, não sendo, assim, nunca, totalmente, um início. Assim Foucault (1971) escreve a este respeito:

Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar aqui, talvez durante anos. Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria,

então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido (...) Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível. (p.5-6)

A partir dessa citação é possível imaginarmos quanto à possibilidade de uma tecnologia incorporada ao ambiente empresarial servir como instrumento de transmissão de discursos. Para que isso possa ser melhor compreendido, é necessário que tenhamos o devido conhecimento de que tecnologia seria esta. Assim, a partir do próximo capítulo, o leitor tomará conhecimento sobre a Intranet e seu histórico.